

A CRÍTICA REVOLUCIONÁRIA¹

Karl Korsch

A exposição de todas as relações da existente sociedade burguesa, como relações particulares de uma determinada época histórica de desenvolvimento, contém o fundamento da crítica científica² dessa particular formação social e de sua subversão prática. Toda crítica da sociedade existente que não parta desse fundamento é teoricamente doutrinária e, na prática, utópica. Ao contrário, os poucos momentos de autocrítica histórica que aparecem no posterior desenvolvimento histórico não podem ser plenamente efetivados, nem realizar-se conseqüentemente, senão pela nova classe social produzida pela burguesia mesma, o proletariado.

I

Se prescindirmos dos casos singulares nos quais já no começo da época burguesa algum pensador isolado antecipou a crítica dos princípios burgueses, em realidade (do mesmo modo que também na história real a cada grande movimento burguês do passado acompanha como corrente subterrânea alguma agitação própria da classe que era a precursora mais ou menos desenvolvida do proletariado), a compreensão histórica e a correspondente autocrítica se iniciam na sociedade burguesa somente após a vitória definitiva do princípio burguês na grande revolução francesa e a plena explicitação da nova situação burguesa no começo do século XIX.

¹ Este texto é o capítulo sexto do livro *Karl Marx*, de autoria de Karl Korsch. Decidimos traduzir tal capítulo, tendo em vista a importância do livro de Korsch e ao fato de ainda não haver versão em língua portuguesa desta obra. Este livro foi publicado originalmente em 1938 e foi escrito por Korsch a convite de um editor para uma coleção de livros sobre grandes pensadores. O texto utilizado para a presente tradução é a versão espanhola.

KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Editora ABC, 2004.

Texto traduzido por Lucas Maia, doravante, as notas do tradutor aparecerão com a sigla (L.M.).

² Karl Korsch utiliza regularmente as expressões “crítica científica”, “verdadeira ciência social”, “ciência do marxismo” etc. Tais expressões devem ser vistas com maior cuidado, pois podem conduzir o leitor a entender que Korsch tinha uma visão cientificista do marxismo ou que identificasse este com a ciência. Tendo este livro sido escrito para uma coleção de livros acadêmicos, o que implica em pressões e enquadramento formal, estando Korsch relativamente isolado e sendo um momento de recrudescimento da luta operária, nos ajuda a compreender este recuo linguístico de Korsch em relação ao seu anterior *Marxismo e Filosofia*, publicado em 1923, quando definia o marxismo como sendo “expressão teórica do proletariado revolucionário”. (nota L. M.).

Thomas Hobbes não estava fazendo nenhuma crítica no século XVII quando descrevia a situação da sociedade burguesa (da sociedade em geral, de acordo com a ilusão comum em voga entre os pensadores burgueses) do *bellum omnes contra omnes*, só pacificado pela férrea ditadura do estado; nem tampouco pensavam estar criticando alguma coisa os posteriores arautos da “livre concorrência”, ao tentar fundamentar essa ideia com uma fórmula darwiniana mal entendida que nada mais é do que uma injustificada transposição da situação da sociedade burguesa aos domínios da natureza. E Mandeville glorificava no século XVIII a sociedade burguesa quando descrevia uma estrutura disposta finalisticamente por uma providência brincalhona, segundo a fórmula: “*Private Vices – Public Benefits*”. Não menos glorificador foi, pouco antes do final desta época, a descoberta de Immanuel Kant do “antagonismo da socialidade associal” subjacente à sociedade burguesa e pela qual se impõe ao homem “os primeiros verdadeiros passos desde a selvageria até a cultura” que, com o tempo, se lhe “arranca patologicamente” “a adesão à sociedade”. “Toda cultura e arte que adornam a humanidade, a mais bonita ordem social, são fruto da associalidade que por si mesma se vê obrigada a disciplinar-se e, mediante uma arte imposta, desenvolver plenamente os germens naturais”.³

Ao identificar diretamente a relação entre a luta concorrencial burguesa e a “luta pela existência” darwiniana, Darwin mesmo o disse: “Esta é a doutrina de Malthus aplicada a todo o reino animal e vegetal”.⁴ Mais correto seria dizer que a particular forma de divisão do trabalho produzida na sociedade burguesa pela concorrência dos vários produtores de mercadoria é, em comparação com a consciente regulação da divisão do trabalho no comunismo, uma forma animal inconsciente de autoconservação social. Já Hegel havia chamado a sociedade burguesa de “reino animal espiritual”.⁵ Nesse sentido, escreve Marx em *O Capital*:

³ Hobbes. *Leviathan*, 1651; Mandeville, *The Fable of the Bees: Private Vices – Public Benefits*, 1706; Kant, *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher*, 1784. (Nota de Karl Korsch).

⁴ Darwin. *On the Origin of Species*. Londres, 1860. (Nota de Karl Korsch).

⁵ G. W. F. Hegel. *Phänomenologie des Geistes* [doravante citada por *Phänomenologie*]. [Fenomenologia do Espírito]. Werke, v. 2, Berlim, 1832: “O reino animal espiritual e o engano ou a coisa mesma”. (Nota de Karl Korsch).

A divisão social do trabalho [na sociedade burguesa] confronta produtores independentes de mercadoria que não reconhecem outra autoridade que não a concorrência, a constrição que exerce sobre eles a pressão de seus respectivos interesses do mesmo modo que no reino animal a “luta de todos contra todos” mantém mais ou menos as condições de existência de todas as espécies.⁶

Ainda melhor seria renunciar essas comparações que nunca são plenamente satisfatórias. Em todo caso, a transposição darwiniana da concorrência burguesa à natureza como lei absoluta da “luta pela existência”, bem como a proclamação de Kropotkin do princípio oposto da sociedade comunista como universal “lei da ajuda mútua no mundo animal e humano”. Estes procedimentos não são do mesmo calibre que a transposição, recentemente realizada por um que em outros tempos foi um marxista ortodoxo, de um princípio evolutivo pacifista de “equilíbrio natural”, generalizado da presente sociedade, na qual tal princípio não se rege, a todo o mundo animal e vegetal, também, tampouco, é válida.⁷

O defeito fundamental de todas as exposições importantes da sociedade nesta época (incluindo a doutrina de Rousseau, a novela burguesa de Robinson e toda a ciência da então nascente “economia política” burguesa) consiste no modo *ahistórico* como tratam as particulares relações e circunstâncias da sociedade burguesa, de seu modo de produção, de seu estado e de seu direito, concebidos como a forma finalmente alcançada, imutável, ainda que suscetível de aperfeiçoamentos, de uma ordem social natural e racional. Marx, que critica a utilização deste procedimento pelos economistas burgueses em sua “sétima e última observação” contra Proudhon, expressa a debilidade de toda esta tendência com a provocativa frase: “Com isso, tem-se que já houve história, porém, não há mais”.⁸

Esse procedimento, verdadeiramente bárbaro, é a maneira pela qual os teóricos burgueses consideram todas as anteriores formas sociais, ou seja, como estágios prévios, “bárbaros” de sua própria sociedade, finalmente civilizada e fundamentada. Segundo Marx, tal procedimento era inevitável, tendo em vista que a tarefa fundamental daqueles

⁶ Karl Marx. *O Capital*. (Nota de Karl Korsch).

⁷ Sobre toda esta questão, confira a carta de Engels a F. A. Lange de 29/03/1865 e a carta de Marx a Kugelmann de 27/06/1870, assim como meu *Auseinandersetzung mit Kautsky*. (Nota de Karl Korsch).

⁸ Karl Marx. *Miséria da Filosofia*. (Nota de Karl Korsch).

teóricos era opor-se às formas sociais feudais. Enquanto o animou ainda uma fagulha revolucionária, esta forma de pensamento foi progressiva na sociedade burguesa, ainda não totalmente estabelecida. Constituiu-se, tal procedimento, uma forma de justificá-la teoricamente. Isto pode ser verificado também naquelas formas mais ingênuas de pensamento com as quais durante a guerra dos camponeses e durante a revolução inglesa opunha-se, com falsidade teórica, porém com acerto político, à pré-história da humanidade exposta na Bíblia e identificada com a ordem feudal, apresentando aquela como uma *situação social verdadeiramente civil*, ou seja, burguesa. Eram palavras de ordem contra a feudalidade: “Onde estava o cavaleiro nobre quando Adão escavava e Eva fiava?”.

O procedimento a-histórico da teoria social burguesa tornou-se reacionário e cientificamente involutivo a partir do momento em que a vitória do princípio burguês sobre o feudalismo estava já definitivamente concluída. Os teóricos da burguesia triunfante tinham que transformar-se de críticos revolucionários opostos a um estágio social arcaico em defensores da situação existente contra as tendências evolutivas que seguiam empurrando para diante. Neste contexto, é característico, por exemplo, a seguinte observação que se encontra em uma obra do fundador científico da “ideologia burguesa”, Destutt de Tracy, vinda a lume logo em seguida à conclusão vitoriosa da revolução francesa. Destutt disse que “entre os antigos”, ou seja, em todas as épocas anteriores à “ère française” que agora se inicia: “*l’art social ne s’est jamais assez perfectionné pour donner à leur empire cet état de civilisation supérieure et cette organisation solide qui assure l’existence des nations réellement policées*”.⁹ Como também é característico o programa daqueles historiadores burgueses do período da restauração francesa que no século XIX se propuseram explicitamente escrever a história universal como *história da classe burguesa*.

Nesta fase, qualquer progresso real da ciência social não consiste mais em um desenvolvimento positivo dos princípios burgueses, mas sim, em sua crítica. Porém, muito antes da crítica vinda do exterior dos limites burgueses, a crítica socialista, a crítica mesma é antecipada de maneira surpreendente e de uma forma insuperável em sua

⁹ Destutt de Tracy. *Éléments d'idéologie*. (nota de Karl Korsch).

clareza e audácia pelos dois últimos grandes representantes do período clássico – já bem próximo de seu fim – da economia política (Ricardo) e de sua aplicada discípula, a filosofia idealista alemã.

II

O sistema de Hegel não é somente, em sua condição de último sistema da filosofia clássica alemã, resumo e recapitulação de todas as fases anteriores da teoria social burguesa. Tal como, no terreno da economia política, o último sistema clássico, o de Ricardo, o de Hegel contém já uma apurada consciência das contradições dessa sociedade. Todas aquelas perigosas tensões da estrutura da sociedade capitalista já tinham sido percebidas mais ou menos claramente por Mandeville, Ferguson, Adam Smith, Kant etc. Porém, eles haviam superado sempre tais tensões em uma unidade “superior” ou “mais profunda”. Contudo, tais tensões se desenvolvem agora ao ponto de se tornarem contraposições inconciliáveis.

Apesar de toda sua contribuição, da mesma forma, também Hegel nunca ultrapassou o terreno burguês. Porém, esta “sociedade civil” com suas grandes contradições, tal como a representavam agora economicamente Ricardo e filosoficamente Hegel, é já muito diferente daquele “mundo, o melhor entre todos os possíveis” em que podiam transfigurá-la a anterior geração de pensadores burgueses. A sociedade burguesa alcança no sistema econômico de Ricardo e na filosofia hegeliana o grau mais elevado de autoconhecimento crítico de que era capaz sem ultrapassar seus próprios princípios. Isto ocorre num momento no qual já se lhe enfrentava nos países mais desenvolvidos em sentido capitalista – Inglaterra e França – a crítica exercida teórica e praticamente “a partir de fora”, ou seja, pelo proletariado. Do mesmo modo que frente ao último economista clássico burguês, apresenta-se já, na pessoa de Sismondi, um crítico conscientemente socialista da economia burguesa, assim também Hegel (em parte por influência de Ricardo) registrou em sua exposição filosófica da “sociedade civil” o abalo subterrâneo produzido nos fundamentos da sociedade burguesa pela nova “classe” dos *trabalhadores assalariados*, “vinculados” ao trabalho na moderna “indústria”. Hegel representou esta classe com realismo, como uma classe que vive “em dependência e miséria”, que está excluída de todos os “benefícios da sociedade civil”, como uma “grande massa” que afunda em um “modo de subsistência” inferior ao imprescindível

para desfrutar dos direitos sociais, com uma classe que, em consequência de um desenvolvimento inevitável, produzido pelos princípios mesmos da sociedade civil, afunda cada vez mais em “excesso de pobreza” à medida que aumenta o “excesso de riqueza”.¹⁰

Hegel expôs com clareza que esta pobreza não é a “pobreza” em si, tal como existiu inevitavelmente em outras épocas devido à escassez da natureza, mas sim, uma questão social própria da sociedade moderna e que ela tem que resolver. Uma questão social literalmente:

Nenhum homem pode afirmar nenhum direito contra a natureza, porém, na sociedade, a escassez assume imediatamente a forma de uma injustiça cometida contra tal ou qual classe. A importante questão de como evitar a pobreza é uma das que mais modificam e torturam a sociedade moderna.¹¹

O filósofo caracterizou também o “estado de ânimo” ocasionado por essa pobreza socialmente condicionada da grande massa dos trabalhadores industriais: uma “íntima indignação contra os ricos, contra a sociedade, o governo etc.”.¹²

O limite que Hegel não pode ultrapassar, como também nenhum outro conhecimento burguês da sociedade, consiste em que concebe esta nova classe social apenas negativamente, como “populacho”, não conseguindo nunca vê-la positivamente, como “proletariado”. Tal pensamento consiste em que vê “na miséria nada mais que a miséria, sem ver nela o aspecto revolucionário que porá fim à velha sociedade”.¹³

O elemento crítico aparece ainda mais claramente no método da filosofia hegeliana do que em seu conteúdo. O *método dialético* é para Hegel o poderoso

¹⁰ Hegel. *Filosofia do Direito*. (nota de Karl Korsch).

¹¹ Hegel. *Filosofia do Direito*. (nota de Karl Korsch).

¹² Hegel. *Filosofia do Direito*. (nota de Karl Korsch).

¹³ Karl Marx. *Miséria da Filosofia*. (nota de Karl Korsch).

Marx censura o fato de não se compreender o proletariado como classe revolucionária, dirigindo sua crítica neste texto aos socialistas e comunistas utópicos (sobretudo contra Proudhon). Havia feito a mesma coisa, anos antes (*A Sagrada Família*), desta vez com mais razão, contra seus antigos companheiros de caminhada da esquerda hegeliana. Com esse mesmo conceito defendeu então a concepção de Proudhon contra os ataques da “crítica crítica”, que se mantinham no terreno burguês. Materialmente, essas palavras evidenciam de forma clássica a separação entre revolução burguesa e revolução proletária. (nota de Karl Korsch).

instrumento com o qual, em vez de deixar as contradições presentes na sociedade burguesa umas ao lado das outras (como fez Ricardo), reúne-as – com numerosas imprecisões, grosserias e arbitrariedades teóricas, porém com uma sistematicidade genial de mediações lógicas “na ideia” – em uma “unidade das contradições”, entendida como processo vivo de acordo com as necessidades de uma classe que está reclamando o final do movimento revolucionário e a “restauração”, recobrando-a com uma “restituição aparentemente completa de toda a velha metafísica já superada pelo materialismo burguês, incluindo até mesmo o dogma cristão em uma metafísica “absoluta”.¹⁴ Este método tão tremendamente devorador de contradições podia-se considerar – vale apenas aqui admitir que a “antecipada” identificação por Hegel com a sociedade burguesa, com seu estado, sua filosofia, sua religião e sua arte é uma violação do método revolucionário, sendo tal método nas mãos de Hegel sistematizador e conservador – como *aberto* para receber um conteúdo novo e tão plenamente contraditório com o movimento da classe e a revolução proletária. Lassalle e, durante algum tempo, Proudhon, acreditaram seriamente que o método poderia cumprir semelhante tarefa.

Marx e Engels viram claramente que os velhos odres da dialética idealista burguesa não serviam para o novo vinho do materialismo proletário. Conservaram, certamente, para os vários princípios metodológicos que desenvolveram em suas pesquisas do fenômeno social, o nome genérico de “dialética” (materialista) e também flertaram, às vezes, com a forma externa de expressão da filosofia hegeliana. Porém, materialmente, estilhaçaram, no todo, com a filosofia idealista de Hegel. Colocaram a dialética sobre uma base materialista. E nessa “inversão” materialista do método de Hegel, extirparam também de sua forma tudo o que lhe correspondia de filosofia da restauração e que Marx, já em seu primeiro estudo detalhado da dialética hegeliana, quando esta ainda estava na moda, criticou o aspecto mistificador desta dialética¹⁵. A teoria do novo movimento revolucionário do século XIX não necessita, como a filosofia hegeliana da restauração, mover-se artificialmente para trás e para frente a fim de

¹⁴ Sobre a forma “restauradora” da filosofia hegeliana, cf. o apontamento de Marx do ano de 1843 e, para mais detalhes, minhas teses sobre “*Hegel und die Revolution*”, publicadas na ocasião do centenário da morte do filósofo em revistas alemãs e francesas. (nota de Karl Korsch).

¹⁵ Cf. sobre isto o extenso manuscrito “*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*” (1843) e seu posterior escrito remetendo a este trabalho em “*Epílogo, 1873*”. (nota de Karl Korsch).

apresentar seu novo conteúdo como restauração do velho. Tem que deixar que “os mortos enterrem seus mortos e chegar finalmente a seu próprio conteúdo”¹⁶. Como teoria proletária, e não mais burguesa, tem inclusive formalmente um caráter não mais filosófico, mas sim rigorosamente científico. Marx e Engels desenvolveram, partindo da dialética de Hegel invertida em sentido materialista e libertada de sua mistificação, os métodos de sua ciência materialista da sociedade¹⁷.

III

Marx adotou uma atitude muito diferente da tomada em relação a Ricardo e a Hegel quando tratou de outra tendência crítica formada em contraposição com a ciência social burguesa clássica e pós-clássica, a chamada “escola histórica”. Marx viu claramente desde o primeiro momento a natureza daquela tendência historiográfica romântica que, após o final da grande Revolução Francesa, junto com os socialistas e, em parte antes deles, lançou o primeiro ataque teórico contra os vitoriosos princípios burgueses. Em seu artigo “*O manifesto filosófico da escola histórica do direito*” e na análise hoje – precisamente hoje – todavia atual do “socialismo reacionário” no *Manifesto Comunista*, Marx desvelou o caráter radicalmente burguês desta tendência aparentemente “antiburguesa” e anticapitalista que critica a burguesia por produzir mais um proletariado revolucionário do que um proletariado em geral.

Também compreendeu realmente o que é o método “puramente histórico” da escola histórica em sua luta contra a pesquisa social anterior, principalmente teórica. Esta luta não foi dirigida contra os pressupostos burgueses contidos nas abstrações formalmente perfeitas dos teóricos burgueses clássicos, que não eram conscientes deles (diferentemente de seus herdeiros, com suas contribuições de menor importância, que já os utilizavam conscientemente para fins apologéticos). Os críticos “da escola histórica” compartilham plenamente a convicção dos teóricos burgueses no que respeita àqueles pressupostos. Sua luta dirigia-se contra a aplicação consequente daqueles princípios teóricos à situação presente, produzindo as *consequências críticas e “revolucionárias”* já

¹⁶ Karl Marx. *18 Brumário de Luiz Bonaparte*. (nota de Karl Korsch)

¹⁷ Aqui, novamente, chamo a atenção para o uso dos termos “ciência materialista da sociedade”, “rigorosamente científico” como expressão de recuo linguístico em relação ao seu texto anterior, de 1923, *Marxismo e Filosofia*. (nota do tradutor).

claramente enunciadas por economistas como Ricardo e por filósofos como Hegel. Estas “perigosas ideias”, contidas já satisfatoriamente nas teorias dos grandes pesquisadores burgueses da sociedade dos séculos XVII e XVIII e que haviam provado já sua força “negativa” e “destruidora” violenta de uma ordem social, podiam, segundo a ingênua maneira de pensar destes “historiadores”, ainda não recuperados do medo da grande revolução francesa, converter-se, novamente, em ideias violentas e perigosas. Neste sentido, podemos repetir agora as palavras do *Manifesto Comunista* sobre o socialismo reacionário, que critica a burguesia por “produzir o proletariado”; com a correspondente variação, podemos dizer em que consiste a hostilidade da escola histórica a toda “teoria” social: esta escola censura a pesquisa social burguesa clássica, sobretudo, por ter produzido uma teoria perigosa para a ulterior existência da ordem burguesa, mais do que por produzir uma teoria não histórica.

Em que pese sua taxativa recusa dos princípios teóricos e políticos da escola histórica, Marx percebeu também o progresso teórico que, em certo sentido, representou a aparição desta nova tendência. Graças à sua intensa dedicação ao estudo, primeiramente da sociedade feudal e em seguida dos estágios mais antigos, arcaicos, dos chamados “começos” da cultura, da arte, da economia etc., a escola histórica ampliou o campo da investigação social. Embora em 1842 Marx tenha escrito, zombando da paixão da escola, que esta “supõe que o barqueiro deva navegar, não rio acima, mas sim para a fonte”, em época posterior, viu Marx não somente o progresso teórico, mas também o crítico, vendo o futuro contido nesta tendência de voltar-se para épocas históricas e pré-históricas passadas: “A primeira reação contra a Revolução Francesa e contra a Ilustração, relacionada com ela”, escreve em março de 1868 a Engels, “foi, naturalmente, ver o todo medieval, romântico e nem sequer pessoas como Grimm estavam livres disto. A segunda reação – que corresponde à tendência socialista, ainda que estes cientistas não tenham ideia disto – consiste em olhar para além da Idade Média, à pré-história de cada povo. Então, surpreendem-se ao encontrar o mais novo no mais antigo, e até o *egalitarians to a degree*, onde até mesmo Proudhon se assustaria.

Essa frase, à qual poderiam ser acrescentadas várias semelhantes presentes nos escritos de Marx e Engels, permite ver o motivo principal da especial importância que teve para a formação da ciência social revolucionária do marxismo a pesquisa pré-

histórica, que então encontrava-se ainda no estágio de suas primeiras descobertas. O fato de que nesta época tornaram-se finalmente acessíveis ao conhecimento aquelas situações tão radicalmente distintas das existentes na sociedade moderna e que até então não puderam ser objeto senão de lendas e poesia, foi para Marx e Engels sinal de que a sociedade burguesa contém em seu presente estágio de desenvolvimento, as tendências a uma transformação mais radical do que as observadas em todas as anteriores revoluções do passado. Em troca, o paralelismo enunciado meio despreziosamente por Marx entre a situação “igualitária” da sociedade primitiva e a futura sociedade comunista tem muito escassa importância para o conjunto da concepção materialista da sociedade. A ideia de que Marx e Engels viram naquele estágio social “originário” uma antecipação real de uma situação futura e na futura sociedade comunista a restauração de um estágio remoto é incompatível com o princípio materialista da concepção marxista da história. Marx expõe a história da sociedade humana como um desenvolvimento das forças produtivas materiais que procede de formas de organização inferiores a formas de organização superiores. Vê, no moderno modo de produção capitalista, com seu gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, que supera amplamente todas as épocas anteriores, o fundamento material imprescindível da transição à sociedade socialista e comunista, transição iniciada pela revolução da moderna classe dos trabalhadores industriais.

Marx e Engels, rompendo com a unilateral ideia corrente de progresso, mostraram nas formas mais distantes, “selvagens” e “bárbaras” da vida social que precederam a moderna sociedade civilizada burguesa, junto com sua miséria, obscurantismo e atraso, também formas que se diferenciam vantajosamente das atuais condições “civilizadas”. Assim, continuaram a “crítica à civilização”, tal como já antes deles, os primeiros grandes socialistas utópicos, sobretudo Charles Fourier, começaram o ataque à satisfeita e segura autoconsciência burguesa.¹⁸ Marx e Engels identificaram na investigação da pré-história um fundamento imprescindível de sua pesquisa materialista da sociedade presente. Sublinharam que algumas formas básicas das atuais

¹⁸ Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

Em nota de pé de página, Engels corrobora sumariamente as profundas ideias de Fourier sobre a contraposição entre a sociedade civilizada e as formas de vida pré-históricas. (nota de Karl Korsch).

circunstâncias sociais não se podem iluminar cientificamente a não ser pelo estudo cuidadoso da sociedade arcaica, de seu desenvolvimento e dissolução, bem como das diversas formas de sua transição aos sistemas sociais posteriores baseados na propriedade privada e na contraposição de classe. Por exemplo, para explicar cientificamente os restos da propriedade coletiva e dos vários tipos originais da propriedade grega, romana, celta, eslava que ainda se conservam em períodos históricos posteriores, é necessário remontar-se às várias formas arcaicas de propriedade coletiva e aos diversos modos de sua dissolução. Porém, antes de tudo, o conhecimento daquelas formas não burguesas da sociedade pré-histórica, permite ao pesquisador moderno imaginar um desenvolvimento da sociedade moderna que conduza para além do estágio atual burguês não só, evolutivamente, em tal ou qual ponto, mas também, revolucionariamente, a uma situação geral futura igualmente não-burguesa.

Com respeito à distância do presente estágio social, os resultados dessa transformação corresponderão não já simplesmente à Idade Média ou à Antiguidade, mas sim a um passado longínquo, sem ponto de contato algum com o presente mundo burguês. Esta afirmação cumpre duas funções importantes no marco da teoria marxista. Primeiro, combate a ilusão de que a revolução proletária possa-se realizar amanhã e mais ainda, com escasso gasto de lutas e destruições. Segundo, põe a sociedade comunista de um modo já visível, sem dúvida como uma época distante, porém, já determinada, fechada, por assim dizer, do desenvolvimento futuro da humanidade, do mesmo modo que aqueles estágios primitivos anteriores a todas as formas burguesas de vida estão, sem dúvida, muito distantes no tempo, não se encontram, contudo, além da história real da humanidade. Porém, afora isto, a *sociedade comunista do futuro* não tem nada de parecido com aquelas situações pré-históricas. Do mesmo modo que, de outro ponto de vista, possa-se dizer que a situação “primitiva” dos atuais “povos selvagens” ou as conexões reveladas por Freud entre a presente parte “inconsciente” da estrutura psíquica do homem moderno burguês e motivos dos estágios primitivos não tem por que apresentar a menor coincidência nem com aqueles estágios primitivos nem com a sociedade futura. O conteúdo real e as formas reais da futura sociedade comunista, não se podem determinar por nenhuma analogia, senão, como qualquer outra realidade, ou

seja, empiricamente¹⁹, o que, neste caso, quer dizer, a partir do desenvolvimento histórico e a ação humana e social.

¹⁹ O uso do termo “empiricamente” pode conduzir à interpretação de que Korsch esteja fazendo referência aos procedimentos científicos de pesquisa, que demandam dados empíricos e procedimentos experimentais. Na verdade, o “empiricamente”, tal como Korsch o está empregando, remete ao desenvolvimento histórico, “concreto” das relações sociais humanas, que não são passíveis de experimentações empíricas. Seria, portanto, mais correto substituir a expressão “empírico”, por desenvolvimento histórico, concreto. Esta linguagem é mais adequada ao método dialético e ao materialismo histórico. Como se vê, a observação aqui feita não é com relação ao conteúdo, mas sim, à forma, ou seja, à linguagem empregada por Korsch. (nota do tradutor).